

VALOR-TRABALHO, MAIS-VALIA E CONTRADIÇÕES DE MARX: VIGÊNCIA DOS CONCEITOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO FACE À ATITUDE DE ELON MUSK

MARX'S LABOR THEORY OF VALUE, SURPLUS VALUE, AND CONTRADICTIONS: THE RELEVANCE OF THESE CONCEPTS IN CONTEMPORARY CAPITALISM IN LIGHT OF ELON MUSK'S ATTITUDE

TEORÍA DEL VALOR-TRABAJO, PLUSVALÍA Y CONTRADICCIONES EN MARX: LA RELEVANCIA DE ESTOS CONCEPTOS EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO A LA LUZ DE LA ACTITUD DE ELON MUSK

Amilcar Baiardi¹

Jean Karlo Woiciechoski Mallmann²

RESUMO: O presente artigo aborda os fundamentos da teoria do valor-trabalho, desenvolvidos no âmbito da economia política por Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx e como, a partir deles, Marx concebe o que ele denomina “teoria da mais-valia”. O tema se insere no campo temático da história do pensamento econômico e o objeto de estudo são as diferenças entre as visões dos pensadores que se ocuparam da teoria do valor-trabalho, a influência delas na construção da teoria econômica e o valor simbólico ou histórico que ainda mantêm, à luz das mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo, entre elas a conversão do trabalhador assalariado em acionista empresarial. A metodologia utilizada consistiu na análise comparativa das visões dos três pensadores contidas nos textos clássicos, nas visões e interpretações de comentadores e na análise atual das controvérsias como práxis da história das ciências. Espera-se, com o presente artigo, contribuir para situar continuidades e descontinuidades na história do pensamento econômico e avaliar a vigência de conceitos emitidos nos últimos dois séculos, nas análises sobre o capitalismo contemporâneo.

1

Palavras-chave: Valor-Trabalho. Mais-Valia. Utilidade marginal. Smith, Ricardo, Marx e Elon Musk.

ABSTRACT: This article addresses the foundations of the labor theory of value—developed within political economy by Adam Smith, David Ricardo, and Karl Marx, and how Marx, building upon these foundations, formulated what he termed the “theory of surplus value.” The topic falls within the history of economic thought, focusing on the differing perspectives of the thinkers who engaged with the labor theory of value, their influence on the construction of economic theory, and the symbolic or historical value they retain in light of changes in contemporary capitalism—such as the transformation of the wage laborer into a shareholder. The methodology employed involved a comparative analysis of the three thinkers' views as presented in classic texts, an examination of commentators' interpretations, and an analysis of current controversies viewed through the lens of the history of science as praxis. This article aims to contribute to identifying continuities and discontinuities in the history of economic thought and to evaluating the ongoing relevance of concepts formulated over the past two centuries to analyses of contemporary capitalism. Labor Value.

Keywords: Surplus Value. Marginal Utility. Smith, Ricardo, Marx and Elon Musk.

¹Doutor em Economia e professor Permanente da Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

²Doutor em Território, Ambiente e Sociedade pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

RESUMEN: Este artículo aborda los fundamentos de la teoría del valor-trabajo, desarrollada en el marco de la economía política por Adam Smith, David Ricardo y Karl Marx, y cómo, a partir de ellos, Marx concibe lo que denomina la «teoría de la plusvalía». El tema se enmarca dentro de la historia del pensamiento económico, y el objeto de estudio son las diferencias entre las perspectivas de los pensadores que trataron la teoría del valor-trabajo, su influencia en la construcción de la teoría económica y el valor simbólico o histórico que aún conservan, a la luz de los cambios ocurridos en el capitalismo contemporáneo, incluyendo la transformación del trabajador asalariado en accionista corporativo. La metodología empleada consistió en un análisis comparativo de las perspectivas de los tres pensadores presentes en textos clásicos, en las opiniones e interpretaciones de los comentaristas y en el análisis actual de las controversias como práctica de la historia de la ciencia. Se espera que este artículo contribuya a situar las continuidades y discontinuidades en la historia del pensamiento económico y a evaluar la validez de los conceptos surgidos en los dos últimos siglos en los análisis del capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Valor del trabajo. Plusvalía. utilidad marginal. Smith, Ricardo, Marx y Elon Musk

INTRODUÇÃO

Nos primórdios das civilizações, na etapa da sociedade simples de produtores e mercadores, em um período que, hipoteticamente, deveria ter sucedido o comunismo primitivo, segundo Marx (1978, p. 08-19), teria ocorrido o nascimento da percepção do valor-trabalho. Esta percepção consistiria em um entendimento de que o tempo para se obter ou produzir um determinado bem convertido em mercadoria, deveria ser levado em consideração no valor de troca desse bem. Este seria, segundo Hegel (1997), a etapa na qual a sociedade civil estava se constituindo pela mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo seu trabalho, e pelo trabalho e satisfação de todos os outros membros do corpo social, se daria através do mercado. Ou seja, o surgimento do sistema das carências e emergência do mercado explicita o interesse individual que prevalece sobre o interesse coletivo, que seria próprio do comunismo primitivo. Este é o momento no qual, para Hegel (1997), a sociedade civil substitui a família e passa a cumprir os primeiros papéis, assumidos posteriormente pelos sistemas políticos, pelo Estado.

Nessas condições é que surge a ideia de preço natural que sepulta, de acordo com Marx (1978), todos os devaneios dos economistas clássicos em relação à produção ser independente do consumo, inspirada na narrativa sobre Robison Crusoé. Todos os produtos e todas as atividades passam a ter valor de troca como uma etapa anterior ao consumo, independente do dinheiro que, como equivalente do valor, aparece posteriormente.

A partir daí deixaram de ocorrer trocas assimétricas, tais como a de um cesto de fruta por um casaco de pele. Seria o que Mandel (1962, p. 67-70) definiria como a mudança da produção de necessidades para a produção de mercadorias (*production pour le besoins et production de marchandises*). Isto só foi possível depois que, segundo Hegel (1997), o mercado como espaço adquire universalidade e onde os indivíduos interagem e trocam bens e serviços, favorecendo a

criação da sociedade civil. Então, a ideia da substância do preço natural é universal, sem autoria, e passou a inspirar os pensadores do econômico (Baiardi, 2017) (Baiardi e Mendes, 2005) (Baiardi et al, 2016). Sua transformação em objeto de pesquisa se dá, segundo Marx (1974), a partir de William Petty (1666) que na sua obra, *A treatise on taxes and contributions* do século XVII, se constituiu na fonte de todos que abordaram o tema pois, pela primeira vez, definiu o preço natural como valor e como este é diferente do preço corrente ou político. As contribuições para a teoria do valor-trabalho e da mais-valia, construídas por Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, inspiraram-se em Petty (1666).

O objetivo do presente texto é, à luz de uma avaliação circunstanciada das contribuições dos pensadores clássicos do econômico, cogitar sobre a vigência da teoria do valor das mercadorias e da mais valia na teoria econômica e nas análises sobre o estágio atual do desenvolvimento do capitalismo. A metodologia utilizada baseia-se no procedimento sugerido por Corazza (2009. p. 109-110) que propõe fundamentar as pesquisas no âmbito da história do pensamento econômico na abordagem flexível, a qual valoriza os clássicos da ciência econômica e os contextos históricos em que as teorias foram inicialmente formuladas, ocasiões nas quais a ciência econômica tem momentos de revolução, de consolidação e de dominação de teorias, seguidos de momentos de crises e de novas revoluções no pensamento econômico. A metodologia busca também explorar as controvérsias e debates na história das ciências, essenciais, segundo Springer (1998), para o avanço do conhecimento científico.

3

O presente texto se estrutura em seis seções: Introdução; supostos teóricos e a inserção temporal dos pensadores; abordando aspectos essenciais das teorias do valor-trabalho e mais valia e principais diferenças entre Smith, Ricardo e Marx; focando a teoria da mais-valia vista na contemporaneidade; contraponto entre as teorias marxianas e a teoria da utilidade marginal, especulando sobre o fim da luta de classes diante da atitude de Elon Musk e considerações finais.

SUPOSTOS TEÓRICOS E INSERÇÃO TEMPORAL DOS PENSADORES

Adam Smith [1723-1790] escreveu no período inicial da revolução industrial, em um momento no qual produção do setor secundário da economia se baseava em uma organização produtiva na forma da “manufatura”³, prévia à fábrica moderna, com ênfase na especialização do trabalho. Adam Smith (2017) percebe o surgimento de uma nova organização produtiva, que passa a ter uma distinta forma de produção social, em um período no qual a riqueza, que era

³ A manufatura combinava a divisão do trabalho com o uso de ferramentas individuais. É prévia à organização fabril quando as ferramentas são substituídas por máquinas acionadas por forças não humanas. Vide Bottomore et al (1988, p. 230)

quase que unicamente decorrente da propriedade fundiária (sociedade feudal), passa a contemplar também bens móveis, dinheiro em espécie e participação acionária em empresas comerciais e produtivas. Embora não tenha testemunhado o surgimento da grande fábrica moderna, Smith (2017) percebe como a manufatura proporcionava a divisão do trabalho e aumentava a produtividade do trabalhador, possibilitando a criação de um excedente, uma riqueza social, que, anteriormente, era atribuída à fertilidade da terra pelos fisiocratas (Dobb, 1977) (Marx, 1974).

Segundo Smith (2017), os avanços ocorridos na produção de bens não agrícolas por meio da organização manufatureira que precede à indústria plenamente constituída, seriam “as dores do parto de uma nova sociedade”, que promoveria ganhos para todos os membros do corpo social. Smith (2017), acreditava existir uma “mão invisível” que equalizaria os efeitos do mercado nesse processo de ampliação do bem-estar. Ou seja, era assegurado a cada homem o direito à vida e à propriedade (direito natural do homem). Em seus estudos buscou discutir os tipos de propriedade, a relação dos indivíduos com as propriedades, a propriedade do capital e as riquezas que eram distribuídas nas formas de renda fundiária, lucro e salário. Na realidade, Smith desvendou as classes sociais que surgiram com o avanço do capitalismo: o proprietário fundiário, o burguês (empresário em todos os setores econômicos) e o operário. Adam Smith (2017) foi, efetivamente, pioneiro no sentido de detectar o excedente de valor no processo produtivo e no apontar sua fonte. No capítulo 5 da “Riqueza das Nações” (2017), Smith propõe que só o trabalho, não variando no seu valor como fazem os outros fatores, seria o padrão último e verdadeiro de todos os bens e que a medida do valor do trabalho dispendido na produção de uma mercadoria seria equivalente à quantidade de trabalho que ela pudesse dispor, depois de produzida.

Com os avanços na revolução industrial o tema tratado por Smith passou a interessar a outros pensadores que o sucederam, já no século XIX. David Ricardo [1772-1823], escreveu num período em que os processos de urbanização e industrialização começaram a se consolidar, tendo presenciado situações de protesto dos operários⁴, o que não fora vislumbrado na época de Smith. Ricardo (1996), não responsabilizou o progresso técnico promovido pela revolução industrial pelas desigualdades sociais. Em que pese seus escritos não tenham tido por finalidade qualquer crítica social, assim como os escritos de outros pensadores clássicos da economia, esses textos

⁴ Como, por exemplo, o chamado Movimento ludista (*ludist*), ocorrido em 1811, quando os tecelões independentes atribuíram a causa de suas misérias às máquinas, iniciando um vandalismo que consistia em destruir as máquinas das fábricas. Posteriormente, segmentos da sociedade críticos da industrialização, perceberam que os problemas sociais não seriam decorrentes das máquinas em si, mas sim da utilização econômico-social delas.

influenciaram visões políticas relacionadas com os impactos da industrialização, tanto na Inglaterra como em outros países. O próprio Manifesto do Partido Comunista⁵, foi influenciado pelos estudos ricardianos. Ricardo (1996) reconheceu a contribuição de Adam Smith na determinação do valor da mercadoria, mas entendia que ela poderia ser aplicada ao período no qual o capitalismo não estivesse plenamente estabelecido. Com a industrialização, tanto o valor da mercadoria quanto o valor do trabalho nela dispendido, dependeriam do tempo de trabalho passado, anterior a ela e contidos nos bens e equipamentos utilizados nos processos produtivos. Essa participação do trabalho nos processos produtivos se dividiria em trabalho vivo necessário (pago) e em trabalho morto (não pago), contido nas máquinas e insumos, gerando um valor que não retorna ao trabalhador e que remunera o lucro e, eventualmente, a renda da terra, no caso de atividade agrícola.

O terceiro pensador abordado, que se beneficia das teorias de Adam Smith e de David Ricardo, é Karl Marx [1818-1883], que dirige sua análise para as condições materiais da classe trabalhadora na sociedade da época, por ele chamada de sociedade burguesa. Seu objeto de estudo eram as relações de classe na sociedade burguesa no início da segunda metade do século XIX, quando aquela sociedade industrial estava num estágio de desenvolvimento mais complexo, comparativamente aos períodos focados por Smith e Ricardo, e quando, a partir da revolução de 1848 na França, os trabalhadores fabris passam a ter um protagonismo político que tinha

5

como princípio mostrar que os seus interesses não se identificavam com os interesses dos empresários capitalistas, considerados por eles como seus exploradores.

Além da historicidade conviria lembrar outro aspecto que marca as pesquisas de Marx em relação aos seus antecessores que é o viés político pois, no fundo, estava engajado em movimentos nacionais e internacionais de defesa dos trabalhadores e de transformações sociais e políticas que propunham outorgar à classe trabalhadora o poder transformador que outrora tivera a burguesia. Para Marx e Engels (1966, 1998), a burguesia já deixara de ser revolucionária e buscava apenas a conservação do *status quo*. Marx pretendia provar que a burguesia, na medida em que se convertera em classe dominante, não seria mais o sujeito histórico e que as transformações sociais teriam um novo protagonista que seria o trabalhador fabril, porque este seria capaz de entender seu papel na economia e na sociedade. (Marx; Engels, 1966 e 1998).

Marx alternava a produção intelectual com a práxis política e, claramente, não buscava nenhuma neutralidade axiológica em seus escritos. Isto porque, entendia que a sociedade na qual vivia seria uma sociedade transitória na história humana, que evoluiria para uma sociedade

⁵ Panfleto de autoria de Karl Marx e Friedrich Engels (1998).

mais justa, segundo o preceituado pelo materialismo histórico⁶. No entendimento de Marx, a forma de arregimentar a classe trabalhadora para sua visão de mundo tornando-se protagonista político, seria demonstrar o quanto da riqueza gerada pelo trabalho, não retornava para quem participava do processo produtivo apenas como fator de produção, vendendo a força de trabalho, por meio do salário. Então, Marx com sua doutrina sobre o valor-trabalho e sobre a mais-valia pretendia provar a ideia da existência de exploração entre classes sociais, com a apropriação indevida da riqueza produzida pela força de trabalho, por parte empresário capitalista.

No seu percurso, Marx (1974, 1978a, 1978b) além de enaltecer a obra de Petty (1666), sugerindo que tudo começou com ele, destaca o papel dos fisiocratas que foram pioneiros em perceber que “... a quantidade de valores de uso que se consome durante a produção é menor que a quantidade de valores de uso que se cria...havendo um excedente de valores de uso” (Marx, 1878b, p. 43). Se para os fisiocratas este fenômeno teria como causa a fertilidade da terra, para Marx a causa é o atributo imanente a um fator de produção, o trabalho, qual seja, gerar no processo produtivo um valor superior ao seu custo. Em relação aos que lhe antecederam, Marx afirmava que quantificação deste excedente não é possível em seus antecessores. Em Adam Smith porque medi-lo pelo trabalho ordenado mascara-o, não identificando-o. Quanto a Ricardo, medi-lo a partir do trabalho contido, seria um avanço, mas não suficiente porque nessa medição, não se separava o trabalho total do trabalho socialmente necessário e nem se distinguia o que era capital constante, no qual se localizaria o trabalho contido, do capital variável, formado pelos salários pagos. Para Marx (1974, 1978a, 1978b) Ricardo (1996) superestimava o papel do trabalho contido nos bens de capital e insumos na ulterior formação do valor e na geração do excedente. Isto porque incorporava uma dimensão temporal, entendendo que quanto mais recuado no tempo isso se desse, maior seria essa a capacidade de formar valor e gerar o excedente.

Marx, então, avança na explicação, do valor final de um bem (V ou M). Esse valor seria a soma das duas formas de capital despendido no processo de produção. Na primeira forma como fatores de produção, transferindo seu valor às mercadorias, total no caso de insumos gastos no processo de produção e parcial no caso de máquinas, por servirem a vários ciclos de produção, constituindo a parcela de capital constante, CC, constante porque se mantinha além de um ciclo de produção. Na segunda forma transferindo valor por meio dos salários pagos, constituindo a parcela de capital variável, CV, variável porque as propriedades ou atributos do

⁶ Concepção teleológica de Marx que levaria do comunismo primitivo a comunismo pós capitalismo, passando pela sociedade simples de produtores e mercadores, pelo escravismo, pelo feudalismo, pelo capitalismo e pelo socialismo, Bottomore et al (1988, p. 259)

trabalho permitem gerar no processo produtivo um valor superior ao seu custo. A mais valia, MV, seria uma taxa sobre a soma de CC + CV, que estaria se alterando de acordo com o mercado. A fórmula final do valor de uma determinada mercadoria seria:

$$V = CC + CV + MV \text{ ou } t(C+V)$$

Esta é, então, a fórmula final e simplificada do valor das mercadorias cuja produção não dependesse da terra. Na produção agrícola capitalista teria que se acrescentar a renda terra, RT, para remunerar a propriedade, passando a fórmula final e simplificada a ser: $V = CC + CV + MV \text{ ou } t(C+V) + RT$. (Marx, 1974, 1978a, 1978b) (Mollo, 1993).

ABORDANDO ASPECTOS ESSENCIAIS DAS TEORIAS DO VALOR-TRABALHO E MAIS VALIA E PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE SMITH, RICARDO E MARX

A teoria do valor-trabalho e a fonte de um excedente decorrente da peculiaridade do fator de produção trabalho, instigavam filósofos, posteriormente denominados economistas políticos, que se dedicavam a estudar a escassez, a pobreza e a distribuição da renda. Já havia um certo consenso de que o valor assumia duas formas, a de valor de uso e de valor de troca e que, grosso modo, quanto maior fosse o valor de uso, menor seria o valor de troca. Ricardo (1996), se referia à água e ao ar como recordistas em valor de uso e sem nenhum valor de troca para a época. Por outro lado, o autor definia o ouro como portador de baixíssimo valor de uso e imenso valor de troca. Na mesma direção, concordava-se que o valor de troca se aproximava do “preço natural”, estimado nos primórdios da sociedade, então formada por produtores-mercadores. Contudo, com o desenvolvimento das economias de mercado ocorreu um distanciamento entre valor e preço, como já comentado na Introdução. Isto porque o preço natural, baseado no valor, é diferente do preço vigente no intercâmbio de mercadorias, quando passa a receber influências do mercado, das variações da oferta e da demanda.

A teoria do valor-trabalho, surge, portanto, como um esforço teórico para definir o valor de uma mercadoria a partir da quantidade de trabalho dispendido na sua obtenção, com o entendimento comum que a soma dos salários, que já eram em si uma mercadoria, não era, exclusivamente, a determinante do valor final. Este seria, sempre, superior à essa soma. Neste constructo dever-se-ia levar em conta o estado da arte dos equipamentos utilizados na produção, a habilidade dos trabalhadores e o fato do trabalhador se constituir em ser humano, ser gregário e viver em sociedade. Da mesma forma dever-se-ia também considerar o fato da produção de mercadorias se dar em uma economia capitalista, com agentes atraídos pelo lucro, decorrente da participação nos processos produtivos.

Nas incursões sobre a teoria do valor-trabalho e da mais valia, os três pensadores do econômico abordados neste texto, malgrado as diferenças de concepção, convergiam em aceitar que o preço natural de um bem material era determinado pela quantidade de trabalho utilizada para obtê-lo e que, por essa razão, poderia ser denominado valor. Esta denominação o distinguia do preço político, ou corrente, no mercado que, como já dito, era influenciado por vários fatores. Concordavam também em que durante o processo produtivo dava-se um fenômeno inequívoco que era o fato de o preço final da mercadoria ser superior à soma do que foi gasto em salários e demais fatores produtivos. Percebiam também que essa diferença, sobra ou excedente, era destinado a remunerar o lucro, eventuais juros decorrentes de financiamentos e a renda da terra, um direito da propriedade fundiária quando se tratava de produção agropecuária.

Contudo, tinham explicações diferentes no que tange à origem desse excedente ou mais valia: a) para Smith, inspirado nos fisiocratas, seria a virtuosidade do processo produtivo; b) para Ricardo uma propriedade do capital na forma de trabalho passado contido nos fatores de produção, constantemente modernizados e c) para Marx, um atributo de um dos fatores de produção, a força de trabalho, que tinha a propriedade de, durante o processo produtivo, gerar valor superior ao seu preço.

Smith (2017), em uma concessão clara às teses fisiocratas, admitia que a produção agrícola revelava que o trabalho do agricultor era mais produtivo que dos artífices e que só o trabalho era o padrão coreto para aferir o valor dos bens. Entretanto, quando tratava de medir esse valor na mercadoria produzida, afirmava que a forma de o mensurar era a quantidade de trabalho que poderia ser comprada ou ordenada por tal mercadoria, que teria uma magnitude invariável, uma vez que o preço do salário e dos demais fatores de produção estavam sujeitos às oscilações do mercado. Smith (2017) também admitia que se o trabalho encomendado fosse a medida de valor de uma mercadoria, seria possível perceber que a quantidade de trabalho contida ou utilizado no processo produtivo tinha capacidade menor de encomendar trabalho que a mercadoria já finalizada, deixando claro que um excedente aparecia na transformação produtiva. Já estava presente na visão de Adam Smith a ideia de um valor universal dos bens baseados no trabalho e que esse valor era superior à soma dos valores baseados no trabalho dispendido nos fatores de produção dessa mercadoria. Havia, então, um acréscimo de valor no processo produtivo, constituindo-se em excedente (para Marx a mais valia).

As teses de Smith (2017) podem ser expressas por meio das seguintes linguagens: TC # TO; TC < TO; VT < PM

TC: trabalho contido na fabricação da mercadoria;

TO: trabalho ordenado pela mercadoria fabricada;

VT: valor do trabalho utilizado na produção da mercadoria (medido em salário);

PM: valor do produto do trabalho, preço da mercadoria medido em salário.

As ideias de Smith não serviam plenamente aos propósitos de Marx porque não indicavam, ou sugeriam, ser o excedente ensejado pelo trabalho, um componente que pertenceria, por direito, ao operário fabril. (Dobb, 1977) (Napoleoni, 1981). Para Smith (2017) esse excedente deveria se destinar ao lucro, renda terra, juros de empréstimos contraídos etc. Para este autor, seria a virtuosidade do processo produtivo, uma nítida influência fisiocrata, que explicaria a emergência do excedente e não uma propriedade particular de um fator de produção.

Ao analisar a obra de Smith, Ricardo, identificou um vício tautológico, qual seja, a quantidade de trabalho que a mercadoria produzida estaria, segundo Smith (2017), em condições de ordenar/comandar, implicaria em uma determinação prévia da relação de troca entre a própria mercadoria e o trabalho. Ricardo (1996) se baseia em Smith (2017) mas procura estimar o valor da mercadoria como resultante da soma de todas as modalidades de trabalho utilizados na sua produção, contido, nos fatores de produção - horas necessária para produzir os instrumentos, máquinas, materiais diversos etc. - mais o trabalho vivo. De outro modo, o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessária para a sua produção, incluindo aí todo o trabalho anterior (como, por exemplo, a extração de matéria-prima, a produção de máquinas e utensílios utilizados para a realização da mercadoria etc.).

9

Para Ricardo (1996), a fonte do excedente, o fato da mercadoria finalizada ter um valor superior à soma dos fatores que concorreram para sua produção, seria não a virtuosidade do processo produtivo proposto pelos fisiocratas, mas sim a concorrência mercantil, emergindo naturalmente de expectativas, custos de oportunidades, avaliados pelos agentes. Essa parte do valor da mercadoria não é apropriada pelos trabalhadores porque se transforma em lucro, ou renda fundiária, mas isso não impede que as mercadorias sejam avaliadas e trocadas, eventualmente, pelo trabalho nelas contido. Tudo dependeria do mercado.

Como já dito, Ricardo não distingue no ato de mensurar o valor da mercadoria, o trabalho imediato ou atual e o trabalho na forma de equipamentos e demais fatores, do capital dinheiro utilizado para pagar salários etc. Transforma valores do capital fixo (máquinas, equipamentos) e variável (insumos e salários) em tempos de produção verificados, sucessivas participações do trabalho nos fatores, em momentos diversos:

$$V = W (i + r) T_1 + W (i + r) T_2 + W (i + r) T_N,$$

V = valor da mercadoria;

w = salário;

i + r = taxa de remuneração do capital;

T = o momento no qual o trabalho participa do fator de produção.

Em suma, o cerne da teoria ricardiana visa determinar o valor de uma mercadoria por meio de uma equação baseada na quantidade de horas de trabalho envolvidas na cadeia produtiva, com tempos imediatos e pretéritos. Para Ricardo, o excedente, ou mais valia, que seria um resíduo decorrente do preço da mercadoria ultrapassar o preço dos fatores, é constituído pelo lucro, pela renda da terra e pagamentos a título de juros, dividendos etc. Ele corresponderia a um percentual do capital total empregado e emergiria, naturalmente, como já comentado, na formação do preço que se condicionaria às condições de concorrência no mercado. Segundo Ricardo (1996) o excedente seria tanto maior quanto maior fosse o capital contido no processo produtivo, trabalho morto, e quanto menor fosse a despesa com salários. Para Ricardo, menor participação do trabalho vivo na mercadoria, menores os preços das mercadorias para o consumidor.

Outro conceito importante que Ricardo aduz em suas teses é o de tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. Trata-se do exigido à produção das mercadorias por qualquer trabalho executado com grau médio de habilidade e de intensidade e em condições normais, relativamente ao meio social considerado. Os avanços tecnológicos reduzem o tempo de trabalho socialmente necessário, vide exemplo da Inglaterra quando, após a introdução da tecelagem a vapor, esse tempo reduziu-se à metade, enquanto o tecelão manual continuou necessitando do mesmo tempo de antes para realizar a mesma tarefa. Em decorrência dessa mudança, o produto da hora de trabalho do tecelão manual passou a representar apenas a metade de uma hora de trabalho social e, em consequência, passou a ter metade do valor original ou primitivo. Ricardo não se aprofundou nesse conceito tendo sido ele de utilidade para que ele visse algo que depois foi essencial para Marx: a constatação que na produção capitalista o valor do trabalho é sempre menor que o valor do produto do trabalho, o que já fora percebido por Smith quando afirmou que a troca entre trabalho vivo e mercadoria é sempre desigual, não equivalente, em favor do produto do trabalho convertido em mercadoria. (Dobb, 1977) (Napoleoni, 1981) (Marx, 2016).

Marx utilizou o conceito de Ricardo de tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, “trabalho social médio”, para superar as diferenças de tempo de

produção entre trabalhadores, um utilizando recursos que o outro não dispunha. Este conceito foi essencial para Marx definir o que seria mais valia absoluta e mais valia relativa, que incorpora a produtividade do trabalho.

Marx, não teria avançado na sua teoria sobre o valor-trabalho e mais valia, não fossem as contribuições de William Petty [1623-1687], Adam Smith [1723-1790] e David Ricardo [1772-1823]. Ele se beneficiou das contribuições passadas para criar categorias, gerar explicações e propor regularidades que levassem às suas supostas teorias, como explicitadas em *O Capital* (2016). Segundo sua teoria, Marx defende que a riqueza, composta em qualquer sociedade por bens e serviços, apresenta também uma dimensão social, cuja substância é o trabalho humano, nas formas de trabalho concreto, específico, que cria produtos-mercadorias com valor de uso, como na forma de trabalho abstrato, criando valor intrínseco, medido em horas socialmente necessárias para a produção de mercadorias. Nessa concepção o valor intrínseco de um produto poderia ser entendido como a “personalidade de uma mercadoria” ou o seu preço natural e universal, diferente, portanto, do preço vigente nos mercados que estaria dependente e influenciado pelas ofertas e demandas de uma determinada mercadoria. Nessa dupla essência da mercadoria, se substancia o caráter duplo do trabalho, de que ela é resultado: o trabalho útil e os modos concretos dos trabalhos que criam valores de uso e de troca e o trabalho abstrato, definido enquanto dispêndio de força de trabalho, qualquer que seja a modalidade prática pela qual ele é dispendido. Na medida em que trabalho útil (concreto) tem natureza qualitativa, criando os bens necessários ao ser humano, para satisfação social de suas necessidades físicas e espirituais, o trabalho abstrato é, pura e simplesmente, quantitativo, dando a substância e a grandeza do valor, produzindo a mais-valia e garantindo que o produto do trabalho valha sempre mais que a soma da totalidade de trabalhos utilizados no processo produtivo.

Nessa linha de raciocínio, para Marx (2016), quando o valor do trabalho mais se aproximar do preço da mercadoria, ter-se-ia, do ponto de vista distributivista, uma situação mais justa para o consumidor e para o trabalhador que a produziu. Esta situação, entretanto, preocuparia Ricardo (1973, p. 27) pois poderia significar menos lucros e menos desejo de investir por parte do empresário. Ricardo chega ao ponto de afirmar que aumentos de salários a taxas próximas a 10% constituiriam desincentivos para empresários. Neste sentido, é forçoso admitir que a equivalência do valor ao preço conviria ao consumidor e ao trabalhador, mas seria impossível na economia capitalista cujo produto vale aquilo que nele foi pago, a título de salário e mais um excedente, seja ele espontaneamente gerado como supunha Smith ou necessariamente superior às despesas com os capitais fixo e variável, salários incluídos, como

defendia Ricardo. Para Marx, que diferentemente de Smith e Ricardo, via suas pesquisas como necessárias às lutas dos trabalhadores por uma sociedade mais justa, o importante era mostrar que a força de trabalho é um fator de produção especial que, pelo seu caráter duplo analisado acima, não apenas transfere seu valor para o produto, um valor equivalente ao preço que ele recebe para as horas trabalhadas, como transporta para a mercadoria um valor à mais, a “mais-valia”, segundo Marx (2016), apropriada indevidamente pelo empresário capitalista. Esta exclusiva apropriação por parte do agente econômico que organizava o processo produtivo era o que Marx queria demonstrar. Ele a definia como apropriação indébita o que poderia, uma vez entendida, ser motivo de revolta para a classe trabalhadora (Fine et al, 2012).

Esta diferença quanto à gênese da mais valia é comentada por Mollo (2013):

Enquanto Ricardo, introduzindo o trabalho indiretamente contido nos meios de produção (capital constante para Marx) relaciona sua propriedade ao recebimento do lucro, sem considerar de onde ele provém, Marx atribui o lucro ao trabalho vivo (trabalho diretamente usado na produção, para Ricardo), destacando a qualidade de mercadoria da força de trabalho, cuja especialidade é gerar um valor superior ao seu próprio, este último determinado (Mollo, p. 48),

Marx não poupava crítica aos filósofos, economistas políticos, que o antecederam, referindo-se a eles como pensadores incompletos, de acordo com a frase inscrita na parte inferior do pedestal de sua tumba: “*The philosophers have only interpreted the world, in various ways. The point, however, is to change it*”. “Os filósofos têm interpretado o mundo de várias maneiras. Entretanto, a questão é como transformá-lo”.

Para lidar com a ferramenta que estaria embutida no valor de uso da mercadoria em forma de “trabalho morto”, ou trabalho contido para Ricardo, Marx se utiliza do exemplo de uma hipotética fábrica de sapatos na qual foi introduzida uma máquina que reduziu o tempo de produção médio. que passou a ser de apenas 1 hora. A referida ferramenta foi produzida em 5 horas e possui tempo de vida útil de 1.000 utilizações. Com estes dados, o novo valor da mercadoria seria de 1 hora de “trabalho vivo” (força de trabalho do trabalhador) somada a 18 segundos de “trabalho morto” (correspondente aos 18 mil segundos para produzir a ferramenta, dividido por 1.000, que é o número de vezes que esta ferramenta pode ser utilizada dentro da cadeia de produção). Este conceito, como já anunciado anteriormente, constitui componente da fórmula da mais valia, como capital constante, CC, máquina, e como capital variável, trabalho vivo ou variável, CV.

A partir da construção da categoria de trabalho morto em Ricardo e do tempo de produção médio, Marx teve que classificar a mais valia em dois tipos: aquela que não incorporaria o progresso técnico, resultando em “mais valia absoluta”, e aquela que o fizesse,

resultando na “mais valia relativa”. A mais-valia relativa decorreria do desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da tecnologia.

A primeira, mais-valia absoluta, seria formada exclusivamente pelo excedente da jornada de trabalho em relação ao salário fixo. Ela é caracterizada, portanto, por ter início desde o período da manufatura, quando não se empregava meios tecnológicos em larga escala, baseando-se simplesmente na extensão da jornada de trabalho. Seria, por exemplo, a ideia de que para a produção de determinada mercadoria, necessário é a jornada de trabalho de “x” tempo, sendo que o capitalista faz o empregado trabalhar “3 x” tempo, o que compõe o excedente e, por consequência, também faz parte da mais-valia.

A mais-valia relativa, por sua vez, é relacionada exclusivamente com o avanço da tecnologia e não tem relação com o excedente de produção da jornada de trabalho, sendo, pois, o trabalho social substituído por máquinas e ferramentas industriais. Em outras palavras, a mais-valia relativa visa determinar a mais-valia em contextos em que, ainda que tenha havido uma redução da jornada de trabalho, a renovação do incremento tecnológico possibilitou a ampliação da produtividade e, conseqüentemente, do trabalho excedente, gerando uma maior apropriação da mais-valia pelo capitalista. Em *O Capital*, Livro I, capítulo VI Inédito, Marx (1978, p. 110-116) explicita melhor seu entendimento da mais valia relativa associando-a ao estágio de subsunção real do trabalho ao capital e à cooperação que se dá no processo produtivo com utilização de meios técnicos modernos.

13

Marx avança ao mostrar que além do valor não ser simplesmente um preço, é algo que explica de que modo os preços vieram a ser o que são. A teoria do valor-trabalho e da mais valia em Marx são fundamentais para a formulação de suas hipóteses sobre o funcionamento de uma economia capitalista. Enquanto os pensadores que o antecederam faziam indagações até certo ponto abstratas sobre a natureza do valor, Marx se preocupa em entender sob que estritas condições os produtos do trabalhador tomam a forma de valor. Marx não busca um valor distante e metafísico, mas sim verificar como nas mercadorias, como produtos do trabalho humano, o valor se expressa. Para Marx o ponto de partida para desvendar o funcionamento da economia em uma sociedade de classes é a produção de mercadorias. Ao dissecar a essência da produção de uma mercadoria em uma sociedade capitalista, Marx logrou indicar com nasce, se constitui e se expressa no preço a mais-valia. Mais que isso, mas de forma não muito clara, estimou uma magnitude para ela em um montante no qual também se inseriam o lucro e a renda da terra.

A análise de Marx da mais-valia difere significativamente da de seus antecessores da economia política clássica. Estes, e particularmente David Ricardo, tenderam a ver a mais-valia como resultado da troca injusta do trabalho pelo salário entre trabalhadores e capitalistas: os trabalhadores seriam forçados a vender o seu trabalho abaixo de seu valor; o excedente surgiria na troca. Mas a distinção descoberta por Marx entre trabalho e força de trabalho permitiu mostrar como, sem uma troca injusta, a força de trabalho pode ser vendida pelo seu valor e a mais-valia surgir na produção. Desse modo, Marx demonstrou que a exploração no capitalismo, assim como em todos os modos de produção que o antecederam, tem lugar no processo de produção; que o estabelecimento de razões de troca justas não representa o fim da exploração; e que as posições de explorador e explorado são posições de classe, definidas pelo acesso aos meios de produção (e não por rendas individuais que resultam de negociações individuais de contratos de troca, como a economia neoclássica iria afirmar posteriormente) (Bottomore; Harris; Kiernan; Miliband, 2012, p. 336).

FOCANDO A TEORIA DA MAIS-VALIA VISTA NA CONTEMPORANEIDADE

É necessário não perder de vista que o objetivo último de Marx não se situava no âmbito acadêmico, mas sim político. Estudar a economia, no caso de Marx, foi uma imposição para desenvolver um arsenal crítico de ideias úteis para o movimento mundial de trabalhadores. Teorias do valor trabalho e da mais-valia serviram de base à explicação da visão de Marx sobre apropriação da mais valia pelo empresário capitalista, processo esse que seria intrínseco ao sistema de produção analisado e cuja essência foi baseada no modelo que os economistas clássicos delinearam sobre o capitalismo. O autor visava demonstrar, ademais, que o capitalismo, por suas contradições internas, estava fadado a ser substituído por outro sistema político-econômico, o denominado por ele socialismo científico.

14

Em que pese as evidências do quanto o capitalismo do século XXI é diferente do capitalismo do século XIX, autores marxianos continuam a ver no excedente formado pelo que se denomina mais valia, a fonte de desigualdade e injustiça. De acordo com Lefebvre (2016), Marx demonstra que o capitalista adquire dentro da estrutura capitalista, uma mercadoria particular, a força de trabalho do assalariado, que não tem acesso aos meios de produção e que não trabalha por conta própria. O capitalista adquire essa mercadoria e incorpora o seu valor ao preço final da mercadoria, que é produzida de acordo com o tempo de trabalho necessário para sua produção e consoante com as técnicas disponíveis. O salário representa, concomitantemente, o preço do tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria e para o sustento do operário. Porém, esse valor é inferior ao tempo de trabalho (social médio) que esse assalariado pode fornecer e muito inferior ao valor adicionado ao preço da mercadoria. A diferença entre o salário ou tempo de trabalho (social médio) necessário para o sustento do assalariado e o tempo de trabalho (social médio) fornecido em troca desse salário, pertencem, no regime capitalista, segundo Lefebvre (2016) ao capitalista empregador. Para Lefebvre (2016),

é o trabalho extra fornecido pelo operário a única fonte de lucro capitalista e a única explicação possível para esse lucro, podendo também ser a fonte da renda da terra. O capital, a partir do momento em que compra a força de trabalho, adquire uma mais-valia. Isto se torna possível porque o capitalista detém os fatores de produção, a capacidade de contratar mão de obra, adquirir matéria-prima e tecnologia e, principalmente, financiar todo o capital necessário (Lefebvre, 2016). Entretanto, se esses autores marxianos tivessem comparado o Marx do Livro 1 de O Capital (2016), com o Livro 3 de O Capital (1974), não seriam tão categóricos em afirmar as conquistas teóricas de Marx.

Para Marx (2016, 1974), em uma visão absolutamente reducionista que abstraia contribuições de outras áreas do saber, o alicerce do sistema capitalista estaria justamente na extração da mais-valia da mercadoria que, em lugar de ser repassada para o trabalhador, se converteria em ganho do capital. Todavia, antes mesmo de finalizar sua obra, Marx se defrontou com algumas contradições e inconsistências trazidas nos livros 1 e 2 de O Capital e tentou resolvê-las no Livro 3.

A impossibilidade de Marx em definir a exata medida da mais valia, para ele fundamental para provar o quanto de apropriação indevida do trabalho existiria no capitalismo, e o espectro da lei tendencial de rebaixamento dos lucros, fez com que ele, no Livro 3 de O Capital, preferisse abandonar o conceito de mais valia isolado e tratá-la como parte do preço de produção. O preço da produção é uma fórmula mais inteligível e tangível para explicar a mais valia absoluta e a mais valia relativa, incorporando a ideia da medição. Esse tratamento evitou tropeços e indeterminações no como incorporar o progresso mediante a elevação da composição orgânica do capital, formada pela relação entre o capital constante e o capital variável, C_c / C_v . Se na fórmula da mais valia em lugar do V se colocasse o P e se definisse como componentes o capital constante, C_c , o capital variável, C_v , um excedente que agregasse o lucro, juros e a mais valia, se teria uma quantificação de todo o valor criado que se destinaria à remuneração de empresários capitalistas e banqueiros:

$$P = C_c + C_v + (C_c + C_v)t.$$

Quando se tratasse de produção capitalista no campo, haveria um outro agente, o proprietário fundiário, devendo-se prever um outro componente do preço de produção, a renda da terra, RT :

$$P = C_c + C_v + (C_c + C_v)t + RT$$

P = preço da produção;

C_c = capital constante;

C_v = capital variável;

$(C_c + C_v) t$ = excedente composto da soma dos dois tipos de capital, multiplicada por taxa de benefício variável e que corresponderia à massa de mais valia. Este componente destinar-se-ia a remunerar todo o capital investido (industrial e bancário), mediante uma taxa variável.

O componente final é a renda da terra, R_T = excedente para remunerar o proprietário fundiário.

Segundo Marx (2016, 1974), a mais-valia seria, no caso da produção não agrícola, o excedente gerado e medido por uma taxa t aplicada à soma de todo o capital, $(C_c + C_v)$, a cada ciclo do produto. Deste excedente, possível pelo fato de a força de trabalho ser uma mercadoria especial que remunera a si própria e capaz de gerar valor extra, seria retirada toda a remuneração do capital em geral, uma remuneração suplementar para a renda fundiária no caso de produção agropecuária e nada destinar-se-ia ao trabalhador. Para Marx, (2016, 1974) isto caracterizaria uma apropriação indevida, uma exploração. Constituiria trabalho não pago ao trabalhador, extraído na produção e finalizado na esfera da circulação dos bens produzidos, no mercado, e apropriado indevidamente pelo capitalista.

Um outro problema ou percalço enfrentado por Marx, além da dificuldade de definir a exata medida da mais valia, foi como explicar que o progresso técnico, elevando tendencialmente o capital constante, C_c e diminuindo a participação do capital variável, C_v , estaria levando à redução da massa de mais valia e provocando uma outra tendência que era a de redução da taxa de lucro. Isto levou a Marx a formular duas perguntas: 1ª) O capitalismo como um sistema econômico historicamente definido conteria contradições que levassem ao seu desaparecimento? 2ª) O aumento da produtividade via adoção de inovações tecnológicas com consequente elevação da composição orgânica do capital, C_c / C_v , criaria as bases do desaparecimento do capitalismo? A brilhante saída de Marx para escapar do imbróglio foi afirmar que no capitalismo plenamente constituído a lei do valor se converteria em lei de valorização do capital!!!! Malgrado houvesse aqui e acolá queda na taxa de mais valia e redução de lucros, os capitalistas seriam atingidos de forma desigual, o que levaria à falência de alguns e à concentração de capital. O capital nunca sairia perdendo, sempre se acumulando e sempre, anarquicamente, competindo, segundo Marx (1974).

E como isso se daria? Para Marx, a incessante competição entre capitalistas, todos ansiosos em incorporar progresso técnico para se beneficiar da mais valia relativa e poder valorizar ainda mais a mercadoria, produziria o fenômeno da cíclica perequação da taxa de lucro,

levando os capitalistas inovadores a se beneficiarem temporariamente de lucros maiores, lucros do monopólio, até que a concorrência produzisse mercadorias equivalentes ou substitutas. A “miraculosa” conversão da lei do valor em lei da valorização do capital, teria sido a saída vista por Marx, qual seja, a manutenção do excedente do preço de produção, mas não somente em decorrência das características especiais de um fator de produção, o insumo ou mercadoria especial que é a força de trabalho, capaz de gerar valor superior a seu preço, mas também em decorrência das tecnologias presentes no capital constante que, quanto mais elevado, mais excedente gera. (Marx, 1978, p. 110-116). O curioso desta explicação, tipicamente uma forma de eludir a fragilidades ou inconsistências, é que Marx teria se fundamentado em Ricardo, na ênfase dada por este no capital contido como determinante do valor da mercadoria. Estas reflexões, segundo Baiardi (2017) levam a considerar como oportunas e consistentes as observações de Paolo Sylos Labini et al (1994) sobre o que seria e o que não seria atual ou vigente da obra de Marx, segundo Baiardi (2017),

Marx é considerado superado por muitos autores que escrevem sobre economia, sociologia e mesmo sobre filosofia. Em economia, segundo Sylos Labini (1977, 1984 e 1994) de Marx se retém, como de validade para o conhecimento econômico atual, a importância do Progresso Técnico na concorrência e os supostos da Dinâmica e Acumulação Capitalista. Para o autor, Marx da etapa concorrencial não viu o surgimento da etapa monopolista e do capital financeiro. (Baiardi, 2017, p. 55).

CONTRAPONTO ENTRE AS TEORIAS MARXIANAS E A TEORIA DA UTILIDADE MARGINAL, ESPECULANDO SOBRE O FIM DA LUTA DE CLASSES DIANTE DA ATITUDE DE ELON MUSK

O elenco de críticos da teoria do valor trabalho e da mais valia como formulada por Marx é muito extenso. Há nesse amplo espectro autores marxianos, ricardianos, schumpeterianos, estruturalistas etc. Neste texto dar-se-á espaço para as críticas oriundas de economistas contemporâneos buscando explicar o valor da mercadoria a partir de uma perspectiva dinâmica e subjetiva: a utilidade da mercadoria, que varia de indivíduo para indivíduo.

Essa perspectiva subjetivista-marginalista teve como precursores 15 pensadores distribuídos no século XIX e XX,⁷ alguns pertencendo às escolas Austríaca, de Lausane e da

⁷ Jean-Baptiste Say, [1767-1832], John Ramsay McCulloch [1788-1864], Nassau William Senior [1790-1864], Eugen von Böhm-Bawek [1851-1914], Friedrich Von Wieser [1851-1926], Hans Mayer [1767-1832], Friedrich Hayek [1899-1992], Ludwin Von Mises [1881-1973], Oskar Morgenstern [1902-1977], Roisenstein-Rodan [1902-1975], Joseph Schumpeter [1883-1950], Leo Schönfeld [1888-1952], Léon Walras [1834-1910], Wilfredo Pareto [1848-1923] e Alfred Marshall [1842-1924].

Universidade de Cambridge, conforme descrevem Feijó (2000) e Soto (2017). Para a teoria da utilidade marginal, uma mercadoria começa a custar menos quando ela se torna abundante demais. Essa teoria prevê um caráter subjetivo ao valor de um produto. Um exemplo muito utilizado para explicá-la é o seguinte: uma pessoa no deserto, que está morrendo de sede, possui R\$ 10,00 em seu bolso, aparecendo um vendedor que lhe oferece água ou um diamante por este valor. Para o sedento do deserto, certamente a mercadoria com maior valor é a água, uma vez que ela será muito mais útil do que o diamante, dada a sua condição específica.

A despeito do exemplo, o mesmo não retrata uma situação de normalidade do mercado. Desse modo, para entender a explicação econômica da teoria proposta, pode-se ter como cenário o terreno comum do mercado. Para a concepção subjetivista-marginalista, quanto mais abundante uma mercadoria for no mercado, no sentido de que mais fácil será obtê-la, menor também será o seu valor. O mesmo raciocínio vale para o cenário da sociedade capitalista, onde a água, produto muito necessário e barato, tem um valor muito menor que o diamante, que é supérfluo e, como regra, não tem uma função útil a não ser servir de adorno. A explicação dessa teoria decorre da situação de que a água tem uma grande utilidade total, mas é baixa a sua utilidade marginal, já que é, em tese e em tempos recuados, muito abundante, sendo que, por sua vez, o diamante, por ser escasso e de difícil extração e produção, tem grande utilidade marginal.

Na perspectiva dos defensores de Marx, a tentativa da teoria do valor subjetivo de refutar a teoria do valor-trabalho nada mais é do que a tentativa de desvalorizar o trabalho do operário dentro do processo produtivo, buscando dar um caráter fantasmagórico à mercadoria, como se ela não dependesse do trabalho para variar o seu valor, apenas com a mudança de abstrações humanas. Marx (2016) afirmava que para uma mercadoria ter uma utilidade ela precisaria ter uma forma e, finalmente, essa forma só é atingida com trabalho útil, trabalho esse que transforma elementos da natureza em mercadorias.

Os argumentos dos autores marxianos continuam impregnados de ideologia e com incapacidade de perceber que, embora seja inequívoco que o trabalho confere valor aos bens e que esse valor é criado pelo trabalho físico, a construção da mais valia como um excedente explicado somente pelo trabalho, não se sustenta. Como já mencionado, não leram atentamente o Livro 3 de O Capital, eivados de senões e condicionantes

A percepção da maior influência do trabalho no valor da mercadoria é razoável em um período pré-revolução industrial, quando a vida se resumia em problemas de capacidades humanas, em um ambiente praticamente rural e com pouquíssimo comércio. Nesse período,

havia maior lógica nesta teoria, visto que era uma realidade perceptível: havia terras a serem cultivadas, muitas pessoas trabalhando, cultivando a terra e dela tirando primitivamente seus produtos.

Com a revolução industrial, e mais ainda com os avanços contemporâneos da revolução tecnológica, essa noção esquematizada de valor trabalho e mais valia é que se tornou verdadeira abstração da realidade, sendo facilmente refutada. O excedente do preço de produção, equivalente à mais valia, segundo o próprio Marx (1974), no capitalismo avançado seria, de acordo com a lei de valorização da do capital, influenciado pela componente intelectual, valor adicionado pelo conhecimento, produto do intelecto, do pensamento, da razão dos engenheiros e designers, dos projetistas de chips, sendo que a maior parte desse trabalho é realizada por robôs, projetados e desenvolvidos anteriormente. Então, toda a atividade produtiva dos dias de hoje, mais do que em qualquer época, é fortemente influenciada pelo conhecimento, que vem se configurando essencial desde a própria revolução industrial. Isto se torna mais claro e adquire mais velocidade quando nos séculos XIX e XX se torna mais óbvia a cooperação entre a ciência e a técnica, a institucionalização da produção científico-tecnológica, o surgimento a universidade de pesquisa e dos sistemas nacionais de ciência e tecnologia.

O fim do século XIX trouxe algo não previsto por Marx que foi o surgimento do capitalismo financeiro, como fusão do capital industrial com o capital bancário, a emergência das grandes corporações, o acirramento da competição e a busca constante de inovações para obter vantagens de assimetria de mercado. Tudo isso não levou à inexorável lei tendencial do rebaixamento da taxa de lucro e às crises capitalistas que ameaçassem a sobrevivência do sistema (Hilferding. 2019). Ao contrário, levou ao fortalecimento do capitalismo e ao transbordamento do bem-estar que só fez melhorar do século XIX para o XX e do XX para o XXI, inobstante as desigualdades setoriais, regionais e nacionais persistirem.

Na sua concepção de gerar um saber a serviço de uma causa ideológica e prever o fim do capitalismo, Marx abstraiu muitas determinantes e deixou de analisar vários aspectos, um deles crucial que é a dimensão temporal nos investimentos. Sempre que alguém resolve investir em algum tipo de empreendimento, assimila a ideia de que não haverá um retorno financeiro imediato. Ademais, o custo para a realização da empresa também demanda tempo, o que pode se denominado de “economias do empreendedor”. De tal modo, o empreendedor, no gozo de sua autonomia privada, preferiu guardar algum dinheiro para começar um novo “negócio”. Esse empreendedor, portanto, privou-se dos benefícios que poderia ter com este dinheiro para cumprir com tal desiderato, imaginando e arriscando que o referido montante teria um maior

rendimento na forma de investimento na pretendida empresa. Nessa conta, verifica-se o risco do negócio e o lapso temporal que o empreendedor terá de suportar para que o seu investimento “se pague”, ou seja, que comece a obter um lucro real com o seu investimento. Ademais, os gastos para a manutenção e fomento do referido empreendimento também devem ser contabilizados, o que aumenta o risco e o fator tempo.

Os capitalistas, ao adiantarem seu capital e sua poupança para todos os seus fatores de produção (pagando os salários da mão-de-obra e comprando maquinário), esperam ser remunerados pelo tempo de espera e pelo risco que assumem. Por outro lado, os trabalhadores, ao receberem seu salário no presente, estão trocando a incerteza do futuro pelo conforto da certeza do presente. O fato de o trabalhador não receber o “valor total” da produção futura não tem nada a ver com exploração; simplesmente reflete o fato de que é impossível o homem trocar bens futuros por bens presentes sem que haja um desconto. O pagamento salarial representa bens presentes, ao passo que os serviços de sua mão-de-obra representam apenas bens futuros. A relação trabalhista, longe de ser uma situação de exploração, é apenas uma relação de troca entre bens presentes (o capital do capitalista) por bens futuros (os bens que serão produzidos pelos trabalhadores e pelo maquinário utilizado, e que só estarão disponíveis no futuro). Böhm-Bawerk expressou tudo isso de maneira bem mais resumida: “Parece-me justo que os trabalhadores cobrem o valor integral dos frutos futuros do seu trabalho; mas não é justo eles cobrarem a totalidade desse valor futuro agora” (Rallo, 2004, p. 3).

Outra abstração ou simplificação de Marx diz respeito às expectativas do empresário capitalista, frente à imposição de se transferir a mais valia, o valor criado no processo produtivo, para o trabalhador. Em isso ocorrendo as alternativas para o empreendedor seriam: a) esperar que o empreendedor investisse na criação de uma empresa de modo altruísta, colocando as suas economias na empresa, assumindo todos os riscos e não recebendo nada por isso e, inclusive, tendo o ônus financeiro e prejuízo dos custos de manutenção (o que não é crível!); ou, b) simplesmente o empreendedor não realizaria qualquer investimento, acarretando a não abertura de qualquer posto de trabalho nem a produção de nenhuma mercadoria ou prestação de serviço. Esta última, certamente, a mais lúcida e provável das hipóteses!

Marx, em seu empenho em desenvolver uma teoria que desse suporte à luta dos trabalhadores pelo fim do capitalismo, não poderia imaginar que nesse sistema plenamente constituído e desenvolvido, na vigência da lei de valorização do capital, as grandes corporações iriam remunerar os trabalhadores não só com moeda, mas também com participação no capital!!!! Elon Musk fez isso convertendo colaboradores em acionistas, oferecendo participação societária como parte da remuneração, permitindo que trabalhadores recebessem ações ao longo do tempo.⁸ E aí, como ficaria a mais valia? Seria auto extraída pelos trabalhadores ou eles se

⁸ A distribuição de ações da Space X para colaboradores ocorreu quando a empresa detalhou seu plano de reservar parte do IPO para funcionários, familiares e pessoas próximas dos executivos (https://www.bol.uol.com.br/noticias/2025/03/21/elon-musk-pede-a-funcionarios-que-nao-vendam-suas-acoes-da-tesla.htm#google_vignette)

dividiriam em dois grupos, sendo um genuinamente trabalhador e outro pequeno investidor/acionista? Outra hipótese que pode ser imaginada é a possibilidade de os empregados, sem as condições de terem feito uma poupança para a realização de um empreendimento individualmente, unirem-se - numa cooperativa por exemplo - para criar esta mesma empresa. Pela lógica, enquanto ela não der lucro, eles também não recebem. Isto é, utilizando-se da realidade fática, a teoria da mais-valia não se sustenta para além do que ela realmente é: mera teoria sem aplicação prática efetiva e comprovada (e sem resultado positivo) que vá além da “realidade acadêmica”.

Contemporaneamente a fonte primordial do valor da mercadoria, segundo Marx (1974), em tempos de substituição da lei do valor pela lei de valorização do capital, é a mente humana, a criatividade aplicada à pesquisa e ao desenvolvimento de processos e produtos. É o ser humano que pensa, que descobre, que observa, e que integra os fatos da realidade. Então, o intelecto é a fonte de todo o valor. O trabalho físico é apenas uma pequena manifestação dele. Isso também se aplicava, de algum modo, à era pré-industrial, mas a percepção era mais limitada que contemporaneamente. Não há um conhecimento inato e ele é precedido de um esforço intelectual via tentativas e erro, o que é observado desde tempos imemoriais com crescente capacidade intelectual. Houve, concomitantemente, desenvolvimento da inteligência e das habilidades e coube à cultura ir preservando esse conhecimento, convertendo-o também em valores. Dos valores mais primitivos aos valores complexos de hoje, todos os valores humanos, todos são frutos da inteligência, da razão e da mente (Yaron, 2012). Independentemente de conceitos como “valor de uso”, “valor de troca” e “preço”, para o consumidor o *quantum* que interessa numa cadeia produtiva é o *quantum* que uma mercadoria de fato vale na forma de preço para quem está disposto a pagar. Caso contrário, utilizando parâmetros diferentes como os observados nas economias de comando, o mercado não se desenvolve, ainda que haja regulação estrita pelo Estado, uma vez que a regulação artificial por meio de metas de atendimento da demanda, impossibilita a verificação das reais necessidades de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas teóricas do valor-trabalho e da mais-valia se encadeiam a partir de William Petty (1666), articulando-se em Smith (2017), Ricardo (1973) e Marx (2016, 1974) e outros tantos autores não focalizados, visando explicar o fenômeno social de o valor de troca das mercadorias ter um nexos com a quantidade de trabalho empregada na cadeia de produção, sendo, portanto, este fator de produção elemento essencial na geração do valor de troca e influenciador do preço.

Na trajetória explicativa dos pensadores percebe-se uma convergência em reconhecer que o valor final da mercadoria excede à soma dos valores dos fatores e esse excedente teria como causa determinante o trabalho contido nesses fatores, fosse ele o próprio trabalho vivo, medido em jornadas ou horas e os insumos e equipamentos convertidos em horas ou jornadas de trabalho realizado, ou morto, necessária para sua obtenção. Como Marx tinha um propósito político por trás da sua investigação, ele tentou dimensionar parte do excedente que deveria retornar para o trabalhador e que era, segundo ele, indevidamente apropriado pelo empresário, defendendo que o valor auferido pela mercadoria deveria ser de direito do trabalhador e não do capitalista, sendo essa a causa principal da miséria do operário e da ascensão da sociedade burguesa. Confrontando-se as equações de valor da mercadoria de Ricardo e Marx, verifica-se que este último realizou uma apropriação no campo da teoria, ordenando e re-denominando os componentes que expressavam, o trabalho vivo e o trabalho contido ou morto, na formulação ricardiana. Então, pode-se concluir que Marx sem Ricardo, jamais teria sido o Marx teórico.

No seu processo de ideologizar o conhecimento e levar para o campo da teleologia a realidade, Marx se deu conta das inconsistências contidas no O Capital Livro I, no que concerne à natureza do excedente no capitalismo plenamente constituído e no que se refere ao conflito entre a elevação do capital constante, como parte da mudança técnica, e a massa de lucros ou mais valia. Em tempo, em O Capital Livro 3, Marx “saca da cartola” a lei de valorização do capital que substituiria a lei do valor e diz que não haverá esmagamento da taxa de lucro, simplesmente porque a competição por inovação levaria à perequação da taxa de lucro, ocorrendo um constante fluxo de investimentos na linha da acumulação de capital. Independentemente de outras vertentes na economia demonstrarem a fragilidade teórica das supostas teorias do valor trabalho e mais valia, as próprias construções de Marx contêm inconsistências que as fragilizam. Em síntese o que o campo marxiano quer “tout a coup” demonstrar, equivocadamente, é a existência de exploração, roubo, na relação capital-trabalho, abstraindo que no mundo real e em uma economia minimamente estável, o que importa é a relação custo unitário preço, sob pena de tornar inviável qualquer tipo de investimento, desenvolvimento empresarial e, por consequência, social.

Em tempos de Indústria 4.0, de Inteligência Artificial (IA), de substituição acelerada do trabalho humano por máquinas e robôs e de novas institucionalizações na relação capital-trabalho, nas quais boa parte dos trabalhadores se tornaram acionistas das empresas, a suposta teoria da mais-valia vista já não guarda qualquer utilidade, aplicabilidade, para entender o capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BAIARDI, A. O Pensamento marxiano e sua efetividade na economia, segundo Paolo Sylos Labini. *SODEBRÁS*, 2017, v. 12, p. 54-60.
- BAIARDI, A.; MENDES, J. A Heterodoxia no pensamento econômico de Ernesto Che Guevara. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas. *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels*. Campinas: Centro de Estudos Marxistas, CEMARX, 2005. v. 1. p. 46-68.
- BAIARDI, A.; OLIVEIRA, A. E. A.; SILVA, M. F. Que Estado? Para qual modelo de desenvolvimento? In: BAIARDI, A.; MACEDO FILHA J; F. A. (Org.). *Estado, Sociedade e Território*. 1ed. Salvador: UCSAL & Editora Quarteto, 2016, v. 1, p. 11-46.
- BOTTOMORE, T.; HARRIS, L.; KIERNAN, V. G.; MILIBAND, R. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CORAZZA, G. Ciência e método na história do pensamento econômico. *Revista de Economia*, 2009 v. 35, n. 2, p. 107-135.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FEIJÓ, R. *Economia e filosofia na escola austríaca*. Barueri (SP): NBL Editora, 2000.
- FINE, B. Labour Theory of Value. In: FINE, B.; SAAD-FILHO, A.; BOFFO, M. (Ed.). *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham, (UK); Northampton, USA: Edward Elgar, 2012.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1997.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital, a study in the latest phase of capitalist development*. London: Routledge, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. *Marxismo: uma breve introdução*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2016.
- MARX, Karl. *O capital: extratos por Paul Lafargue*. São Paulo: Veneta, 2014.
- MARX, Karl. *O capital livro I capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- MARX, C. *Teorias de la Plusvalia*. Madrid: Alberto Editor, 1974, 2v.
- MARX, K. *Teoría da mais valia: os fisiocratas*. São Paulo: Global Editora, 1978 (a).
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la critica de la economia política, Grundrisse 1857-1858*: México: Siglo Veintiuno Editores, 1978 (b).
- MARX, C.; ENGELS, F. *Escritos económicos varios*. México: Editorial Grijalbo S. A., 1966
- MARX, K.; ENGELS, F. "Manifesto do partido comunista." *Estudos avançados*, 1998, v. 12, p. 7-46.

MOLLO, M. L. R. Valor e moeda em Marx: crítica da crítica. Revista de Economia Política. 1993. v.13, n.3, p. 54-68.

MOLLO, M. L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. Crítica Marxista, 2013, n.37, p.47-66, 2013

NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

PETTY, W. Sir. A treatise of taxes and contributions. London: 1666. Disponível em: http://www.hargaden.com/enda/wp-content/petty_taxescontributions.pdf. Acesso em 08 maio 2026.

RALLO, J. R. La teoria marxista de la exploración. Instituto Mises Brasil. 8. Mai, 2014. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1856>. Acesso em 09 jan. 2026.

RICARDO, D. Princípios da economia política e da tributação. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Coleção Clássicos de Ouro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOTO (de), J. H. A Escola Austríaca. São Paulo: LVM Editora, 2017.

SPRINGER, R. Porque estudar controvérsias científicas. Episteme, v.,3 (6), 1998. p,208-221,

YARON, Brook. What's Wrong with the Labor Theory of Value? Yaron Answers. Ayn Rand Institute. 25. Jun. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qTlEsHuvJpw>. Acesso em 11 mai. 2026.